Análise

A falta de participação dos membros do Comitê Gestor na construção do Plano Estadual de políticas públicas para os povos tradicionais de matriz africana e o descumprimento das obrigações na dinâmica interna, tomam mais difícil a garantia dos direitos deste grupo vulnerável.

Outro entrave encontrado foi a falta de sistematização do comitê e a deficiência de recursos humanos para a consecução do plano. A comunicação com os movimentos sociais deve ser trabalhada de forma contínua para se alcançar as metas almejadas, pois a descontinuidade das ações é fator enfraquecedor para um bom andamento do plano.

A promoção de ações voltadas para corrigir a falta de dados ou registros de atendimentos, permite que se busque melhorar a resolutividade nas investigações das denúncias dos POTMAS, pois a subnotificação dificulta melhorias no atendimento e afeta a credibilidade do sistema.

Resultado da análise (orientação):

- a) **Política:** Estabelecer a definição de papéis para todos os membros do Comitê no que tange a captação de informações e análise dos registros de dados dos órgãos responsáveis pelo atendimento aos povos e comunidades tradicionais.
- b) **Econômica:** Buscar parcerias com o setor privado de Comunicação Social, para intensificar a divulgação de ações voltadas a este grupo vulnerável;
- c) **Tecnologia:** Intensificar a utilização dos canais oficiais e meios de denúncias existentes, no enfrentamento ao racismo religioso.
- d) **Psicossocial:** Articulação entre o Comitê Gestor, a Sociedade Civil Organizada e os órgãos competentes, na busca pela concretização das ações previstas no presente plano.
- e) **Segurança:** Definir metodologia para a melhoria de comunicação entre os OSP e a sociedade civil.

2.3 FASE POLÍTICA**2.3.1 PRESSUPOSTOS BÁSICOS**

Na Idade Média, os reis tinham total poder sobre seus domínios e os nobres decidiam sobre seus feudos. Para demonstrar sua autoridade, os reis empregavam a tributação real e os juramentos de fidelidade e vassalagem. Em 15 de junho de 1215 na Inglaterra, o rei João sem Terra, que após infringir várias leis antigas e costumes pelos quais a Inglaterra havia sido governada, foi forçado por seus súditos a assinar a CARTA MAGNA. Este instrumento instituiu que o rei deveria seguir a lei, não podendo mais reinar mediante seu querer e vontade. Foi um dos primeiros documentos que concedeu direito aos cidadãos. A CARTA MAGNA foi o primeiro ponto para a elaboração da constituição da Inglaterra. Posteriormente, outros países utilizaram a ideia da CARTA MAGNA para elaborarem suas próprias constituições.

No Brasil, em 1964, se vivia o autoritarismo imposto pelo Governo Militar. Em 1967, o país passou a ser conduzido pela Constituição Brasileira de 1967, a qual deliberava os Atos Institucionais (AI) que atendiam aos interesses da Ditadura Militar no Brasil por servir de mecanismos de legitimação e legalização das ações políticas dos militares, dando aos mesmos poderes extra-constitucionais. O regime militar no Brasil foi instaurado em 1 de abril de 1964 e perdurou até 15 de março de 1985. Em 27 de novembro de 1985 foi convocada a Assembleia Nacional Constituinte que tinha o propósito de elaborar um novo escrito constitucional para expressar a nova realidade social da qual o país vivia, que passava por um processo de redemocratização após o término da ditadura militar no Brasil. Em 5 de outubro de 1988, foi instaurada a nova CONSTITUIÇÃO FEDERAL, conhecida como Constituição Cidadã, que serve de padrão para as demais leis decorrentes no país. A CONSTITUIÇÃO FEDERAL amplia as liberdades civis e permite garantias e direitos individuais.

No artigo 5º, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garante-se, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias. No Pará, o Decreto Nº 14, de 29 de janeiro de 2019 homologa a Resolução Nº 353/CONSEP/2018, de 13 de dezembro de 2018, do Conselho Estadual de Segurança Pública, dispõe acerca da criação e constituição do "Comitê Permanente de Religião de Matriz Africana - CPRMA". A resolução do Conselho Estadual de Segurança Pública que atribui a criação do Comitê Permanente de Religião de Matriz Africana - CPRMA tem a finalidade de propor políticas que protejam e defendam a vida de pessoas ameaçadas por motivo de Intolerância e Racismo Religioso.

Nos Estados Unidos da América, na cidade de Minneapolis, no estado de Minnesota em 25 de maio de 2020, um homem negro de 46 anos foi assassinado por um policial. GEORGE FLOYD, por 9 minutos e 26 segundos, foi SUFOCADO ATÉ A MORTE durante uma abordagem policial, da qual George não apresentou nenhuma resistência, por permanência do policial ajoelhado sobre seu pescoço. Um vídeo sobre a abordagem foi filmado e postado nas mídias sociais, causando a revolta de várias pessoas no mundo todo, e levando a protestos antirracistas globais contra a violência policial. Os protestos se iniciaram em Minneapolis, tomando ruas e incendiando prédios, momentos depois dezenas de países aderiram aos

protestos. Os gritos por justiça e resistência ganharam forças por vários dias consecutivos, e reforçaram o movimento BLACK LIVES MATTER (Vidas Negras Importam). Os manifestantes pediam resoluções imediatas da justiça sobre o caso. O policial acusado, Derek Chauvin, foi julgado após três semanas de julgamento pelo júri popular de Minneapolis que o considerou culpado em todas as três acusações de homicídio contra Floyd. O policial foi detido e condenado a 22 anos e meio de prisão.

2.3.2 CENÁRIO DESEJADO:

Políticas públicas foram desenvolvidas ao longo dos anos de 2021 a 2024, no sentido de se promover melhorias na garantia dos direitos dos POTMA, em especial, à segurança, saúde, cultura e educação.

Com a implementação de ações no eixo preventivo, no ano de 2023, alcançou-se a redução da população carcerária negra (EFF8). Essas iniciativas contemplaram também, melhorias nos Conflitos em territórios naturais, reservas ambientais, urbanos e demais espaços públicos como: escolas, hospitais, penitenciárias, etc. (EFF9). Percebendo-se, também, uma redução da insegurança da população ribeirinha e quilombola (EFF12).

Ainda no mesmo ano foram desenvolvidas ações que trouxeram aumento nos indicadores étnicorraciais e sociais para promoção de políticas públicas (EFF10), tais como as voltadas para o aumento da aplicação da lei Nº10.639/03 e 11.645/11 na Educação Básica Estadual (EFF14). Muitas das ações desenvolvidas ocorreram em consequência do aumento do orçamento do Governo Federal para as pesquisas, Bolsa Permanência, cotas raciais e sociais das IES (EFF11), isto permitiu a incorporação dos conteúdos previstos nas DCNs para a educação das relações étnicorraciais, para o ensino da história e da cultura Afro-brasileira mediante os objetivos previstos no plano estadual de combate ao racismo religioso (EFF5).

Do mesmo modo, transcorreram ações voltadas para a resolutividade dos processos penais quando as vítimas são POTMAS (EFF15), neste sentido observou-se uma redução das ocorrências de suicídio e demais transtornos psíquicos que afetam os sujeitos POTMAS (EFF13).

Em 2023, presenciou-se o incentivo à construção participativa de planos municipais de combate ao racismo religioso (EFF6) e também aumento na atuação técnica da polícia de proximidade (EFF4), vale ressaltar a melhoria na garantia dos direitos dos POTMA (EFF7), tais como a garantia de isenção de IPTU nos espaços sagrados POTMA (EFF2).

CAPÍTULO III : CONDUÇÃO DOS PROCESSOS**3.1 METODOLOGIA DE GESTÃO DO PLANO**

O desenvolvimento das iniciativas estratégicas do Plano será realizado por grupos temáticos dentro do Comitê Gestor, os quais serão responsáveis pela elaboração dos respectivos planos de ação, prevendo as ações necessárias (tarefas), os indicadores, os responsáveis, as metas e os recursos necessários para o alcance dos objetivos propostos no presente plano. Neste sentido, as metas e os indicadores deste instrumento, serão monitoradas pelo Comitê Gestor do Plano, com relatoria ao CONSEP.

3.2 OBJETIVOS E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:**3.2.1 OBJETIVOS:**

1. Aprimorar organização do Comitê Permanente dos Povos Tradicionais de Matriz Africana;
2. Desenvolver programas de regularização incentivada dos espaços sagrados dos Povos Tradicionais e a titulação das comunidades quilombolas;
3. Ampliar a participação dos municípios no enfrentamento a intolerância religiosa;
4. Promover melhoria na garantia dos direitos dos POTMA's, em especial, à segurança, saúde, cultura e educação;
5. Promover ações de inclusão social no Estado do Pará, com a temática dos Povos Tradicionais de Matriz Africana.

3.2.2 INICIATIVAS:**OBJETIVO 1: APRIMORAR ORGANIZAÇÃO DO COMITÊ PERMANENTE DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA**

IE 1.1 – Aprimorar participação órgãos integrantes no Comitê Gestor;

IE 1.2 - Elaborar Planos de Trabalho Anuais;

IE 1.3 – Estabelecer atualização do regimento interno do Comitê;

IE 1.4 – Construir propostas de captação de recursos de fontes públicas e privadas.

OBJETIVO 2: DESENVOLVER PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO INCENTIVADA DOS ESPAÇOS SAGRADOS DOS POVOS TRADICIONAIS E A TITULAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS;

IE 2.1 – Identificar, cartografar e elaborar diagnóstico situacional dos Terreiros e comunidades Quilombolas;

IE 2.2 – Realizar parcerias com as Prefeituras Municipais para o fluxo de regularização dos espaços sagrados POTMAS, mediante a isenção de Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU;

IE 2.3 – Regularizar parcerias com o Governo do Estado e Prefeituras Municipais para regularização dos territórios de comunidades Quilombolas;

IE 2.4 – Realizar parceria com o Corpo de Bombeiro Militar do Pará para a regularização dos sistemas preventivos fixos e móveis dos espaços sagrados POTMA's, mediante isenção de taxa de arrecadação estadual.